

## BOLETIM 1380

Brasília (DF), 30 de julho de 2024

### CONTRICOM NOS ESTADOS



## FETRACONSPAR: TRABALHADORES OBTÊM NOVAS CONQUISTAS NA CAMPANHA SALARIAL 2024

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e no Mobiliário do Paraná (FETRACONSPAR), filiada à CONTRICOM, acaba de anunciar o fechamento de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) relativa à Campanha Salarial de 2024 com importantes conquistas para cerca de 80 mil trabalhadores abrangidos pela negociação, representados por 11 sindicatos.

A Assembleia Geral que aprovou os itens negociados aconteceu na última quinta-feira (25) na sede do SINTRACOM (**foto acima**), que representa a categoria em Curitiba e região metropolitana.

Dessa forma, os que ganham o piso tiveram um ganho real de 2,66%, diante da inflação de 3,34% (INPC/IBGE) no período. Já os salários acima dos pisos da categoria, até o limite de R\$ 6.600,00, terão recomposição de 5%, representando ganho real de 1,66%. O aumento mínimo para os salários a partir de R\$ 6.600,00 será de R\$ 330,00.

Todos os demais benefícios econômicos da CCT também terão aumento real, a começar pelo Vale Compras Mensal, que será reajustado em 18,38%, passando de R\$ 595,00 para R\$ 705,00.

Outra importante conquista foi no Café da Manhã. Além de ter o reajuste acima de 15%, de R\$ 6,50 para R\$ 7,50 por dia, o benefício foi estendido aos trabalhadores dos escritórios (administrativo), que até agora não tinham direito a esse benefício.

**Diferenças Salariais** – Como a data-base da categoria venceu em 1º de junho, mas as negociações só foram concluídas no final deste mês de julho, as diferenças nos salários e benefícios econômicos dos meses de junho, julho e agosto deverão ser pagas juntamente com a folha de agosto, ou seja, até o 5º dia útil de setembro.

O presidente da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza Pereira (**foto no destaque**), que também é dirigente da CONTRICOM, gravou um vídeo, postado na página da FETRACONSPAR, comemorando o resultado da negociação como “algo importante dentro daquilo que definimos na Federação e que vai balizar as demais negociações”.



Reinaldim informou que a Convenção Coletiva contendo todas essas conquistas será levada ao conhecimento dos trabalhadores por todos os meios de comunicação dos sindicatos e da Federação.

Veja a matéria completa no site da FETRACONSPAR, com a tabela das negociações: <https://fetraconspar.org.br/index.php/noticias/noticias/26595-trabalhadores-da-construcao-civil-aprovam-proposta-com-aumento-real-nos-pisos-salarios-e-beneficios-economicos>

Fonte: Comunicação CONTRICOM, com informações da FETRACONSPAR

## POSSE NO MARANHÃO



## Irineu Mendes é o novo presidente da Nova Central no estado

O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Auersvald, deu posse, no último sábado (27), em solenidade realizada em São Luís, capital maranhense, à nova diretoria da NCST – Maranhão, encabeçada pelo companheiro Irineu Mendes (*na foto acima, ao falar para a plenária*), da diretoria nacional da CONTRICOM e dirigente local da FETICEMA.

Na oportunidade, o novo presidente da entidade, Irineu Mendes, agradeceu a presença do presidente da nacional Moacyr Auersvald e os sindicatos filiados que participaram do evento.

Em seu discurso o novo presidente reafirmou o comprometimento com a luta sindical: "Peço a Deus sabedoria para conduzir a nova diretoria nos desafios que serão travados nessa nova jornada. Aproveito para reafirmar o compromisso com a defesa e organização da luta dos trabalhadores no estado do Maranhão e no Brasil", afirmou Irineu.



### Moacyr Auersvald faz seu pronunciamento

"Parablenizo a nova diretoria, o companheiro Irineu, e desejo que seja um mandato de muitas conquistas. Tenho certeza que a NCST-MA está em boas mãos", afirmou Moacyr.

O evento contou a presença de inúmeras lideranças sindicais, entre as quais o companheiro Jorge Luís Mendes, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Maranhão – FETICEMA, entidade filiada à CONTRICOM.

**CONTRICOM** - O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, ao comentar a posse da nova diretoria da NCST-MA, disse que "é sempre uma alegria para nós, da CONTRICOM, ver um dirigente de nossa categoria assumir a responsabilidade de dirigir uma Central em um estado, razão pela qual desejamos todo sucesso à nova diretoria e ao companheiro Irineu", afirmou.



### Jorge, Moacyr e Irineu durante a solenidade

Fonte: Comunicação CONTRICOM, com informações da NCST





## Quase 88% dos trabalhadores com data-base em junho tiveram ganhos reais nos salários

**Segundo o levantamento do Dieese, os trabalhadores da indústria, serviços (87%) e comércio (76,5%) tiveram aumentos acima da inflação**

O “Boletim de Olho nas Negociações” nº 46, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) demonstra que “negociar é preciso”, principalmente os reajustes salariais intermediados pelos sindicatos em convenções e acordos de trabalho. Por isso, um sindicato forte se torna uma voz potente quando senta à mesa com os patrões para defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A prova disso está nos números do boletim do Dieese. Segundo a entidade, 87,8% das negociações de reajustes salariais referentes à data-base de junho superaram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE). Este resultado, mensurado até a data de 8 de julho, representa uma continuidade positiva, pois esta é a 7ª vez consecutiva que mais de 80% das categorias alcançaram ganhos salariais acima da inflação.

**Varição real e média dos reajustes** - Essa estabilidade em níveis elevados contrasta com o cenário observado no segundo semestre de 2023, quando houve uma deterioração nos resultados das negociações entre agosto e novembro. A variação média dos reajustes de junho foi de 1,67%, superior aos registrados nos demais meses do ano, com exceção de maio e janeiro.

**Reajustes parcelados** - O percentual de negociações que adotaram o parcelamento dos reajustes salariais continua baixo: apenas 1,1% usou essa forma de pagamento. Cabe lembrar que os reajustes parcelados são mais frequentes em períodos de alta inflacionária. Só para lembrar, o governo há tempos vem controlando a inflação e conseguindo índices interessantes para o desenvolvimento econômico do país. O último dado do IBGE mostra que a inflação nos 6 primeiros meses do ano está em 2,48% e, em 12 meses, 4,23%.

**Reajustes escalonados** - Os reajustes escalonados, aqueles com valores pagos conforme a faixa salarial do trabalhador ou tamanho da empresa, foram observados em 8,8% dos casos analisados. A frequência desse tipo de reajuste tem diminuído desde abril de 2024.

**Distribuição dos reajustes em 2024** - Ao considerar o primeiro semestre de 2024, o Dieese destaca que aproximadamente 86% das 6.728 negociações analisadas resultaram em aumentos salariais acima do INPC, enquanto 11% igualaram a inflação e 3% ficaram abaixo do indicador de preços. Isso evidencia um panorama inicial favorável para o ano, com uma variação real média de 1,59% nos reajustes salariais.

**Resultados por setor econômico** - Setorialmente, tanto na indústria quanto no setor de serviços, onde foram registradas 2.055 e 3.449 negociações de reajustes, respectivamente, os ganhos reais salariais foram observados em 87% dos casos. No comércio, que contou com 827 negociações, 76,5% dos ajustes superaram a inflação.

Os dados também revelam que o setor de comércio teve a menor incidência de reajustes sem perdas inflacionárias, com 21,4%, seguido pela indústria (9,6%) e pelos serviços (9,2%). Quanto aos ajustes abaixo do INPC, 3,3% ocorreram na indústria, 3,2% nos serviços e 2,1% no comércio, indicando variações dentro de um contexto setorial específico.

## Ministro diz que empresariado não dá bons salários e defende fortalecer sindicatos



O ministro Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego **(foto)**, diz que a melhoria dos salários dos trabalhadores passa pelo fortalecimento dos sindicatos, e cobra que os eleitores votem por

parlamentares que não queiram destruir estas organizações.

De acordo com ele, se depender do empresariado brasileiro, os trabalhadores não terão bons salários, e que a melhoria é resultado de “luta, negociação e convenção coletiva”.

“Negociação, fortalecimento dos sindicatos. Portanto, o povo tem responsabilidade. Ao eleger um Congresso refratário que quer destruir os sindicatos, vai piorar o salário. Você não tem quem o defenda”, disse Marinho em entrevista publicada no Correio Braziliense neste final de semana.

Luiz Marinho comentava sobre as políticas do governo de fortalecimento da indústria, protecionismo contra importados e a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de elevar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil até o final do atual mandato em 2026.

Para o ministro, “o empresariado, por si, não vai dar bons salários, se não for resultado de luta, de negociação e de convenção coletiva”.

“O trabalhador mal remunerado vai ficar infeliz. Infelicidade gera depressão, gera acidente, gera um monte de coisa. O empresariado tem que

se tocar disso. Não tem só a lógica de que, porque destruíram os direitos trabalhistas, agora eu posso pagar salário de miséria”, pontuou Marinho.

As críticas à suposta destruição de direitos trabalhistas entraram na mira de Lula no último mês, em que reforçou a artilharia principalmente contra a “Carteira Verde e Amarela”, criada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para reduzir a cobrança de encargos trabalhistas e fomentar a contratação de jovens no mercado de trabalho.

O ministro Luiz Marinho atrelou a melhoria dos salários ao aumento da produtividade da indústria nacional, que ele pregou um protecionismo contra outros países. Exemplificou apontando o aumento do imposto de importação sobre os carros elétricos chineses, numa escala progressiva de 18% para 35%.

De acordo com ele, a indústria nacional tem um diferencial “em relação ao resto do mundo” que toda a cadeia é de matriz energética limpa e que mostrará nos próximos encontros de ministros do G20.

“Vamos mostrar essa comparação do carro 100% elétrico chinês, com o carro híbrido brasileiro. O brasileiro é mais eficiente. A matriz energética deles é o carvão. Temos que olhar o conceito do carro todo, do minério ao carro rodando, a cadeia. Nós temos que enaltecer o produto brasileiro”, disse.

Ele ainda questionou o modelo de cobrança de impostos dos chineses feito pelo governo anterior: “por que eu vou importar carro chinês a imposto zero igual o Jair Bolsonaro fez? Se os bacanas querem ter um carro elétrico importado imediatamente, que paguem os 35% de imposto. Tem que subir [o imposto]”.

*Fonte: Gazeta do Povo*



## No Brasil foram registrados 2.888 acidentes fatais em 2023, segundo o eSocial

Dados do sistema eSocial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstram que em 2023 ocorreram em São Paulo 373 acidentes típicos, com morte. No Brasil esse número chega a 2.888 acidentes fatais, no mesmo período. Novo sistema do MTE o eSocial facilita a administração de todas as informações relativas aos trabalhadores brasileiros.

O sistema registrou em 2023 um total de 499.955 acidentes de trabalho. Dentre os setores que mais registraram acidentes de trabalho com mortes e lesões graves no Brasil estão os setores da Construção Civil e de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros.

No setor da **Construção Civil** as principais causas estão relacionadas à queda de altura, soterramento e choque elétrico. No setor de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros, as causas principais são a fadiga dos motoristas - devido ao excesso de jornada-, os riscos ergonômicos e psicossociais, a utilização de remédios e drogas estimulantes para aumentar produtividade e ganho financeiro, além de fatores como falta de manutenção nos caminhões/ônibus e rodovias precárias.

**Ambiente Seguro** - A Coordenação Nacional do Projeto Acidente de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) destaca que os acidentes de trabalho resultam de uma combinação de fatores, não tem um único motivo.

Para assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, as empresas devem implementar uma gestão eficaz de segurança e saúde, que inclua a promoção de uma cultura de prevenção, avaliações regulares de riscos, manutenção organizada do local de trabalho, capacitação dos trabalhadores e medidas preventivas, conforme a legislação (NR-01).

Estas medidas incluem a eliminação de fatores de risco, adoção de proteções coletivas e individuais e canais de comunicação, para que os trabalhadores relatem condições inseguras.

*Fonte: MTE*

## Sindicatos devem atualizar cadastro no MTE

Sindicatos, Federações e Centrais devem atualizar dados no Ministério do Trabalho e Emprego. Em 1º de julho, foi publicado no Diário Oficial da União relatório com entidades que precisam se atualizar. Dados devem ser enviados até 30 de setembro.

Sindicatos que aparecem com mandato de diretoria vencido há mais de oito anos no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) podem ter o registro cancelado, perdendo o direito de atuar. Lista conta com mais de 1.350 nessas condições.

**Atualização** – Requer uma série de informações. No site do CNES, marque a opção “Atualização de Dados Perenes – SD”. Prazos são diferentes pra cada caso, é preciso estar atento..

*Fonte: Agência Sindical*





## Brasil tem déficit de 3,5 mil fiscais do trabalho; Amazonas é o estado mais prejudicado

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a cada 20 mil pessoas economicamente ativas, é necessário que haja um auditor fiscal do trabalho em atividade. No Brasil, esse número seria de 5.441 servidores exercendo a função. Com 1.888 auditores, no entanto, o país passa longe dessa meta.

O último concurso público para o cargo foi realizado em 2013. De lá para cá, profissionais se aposentaram, enquanto a força de trabalho do país cresceu.

Como consequência, casos de trabalho escravo passam impunes. "Nós estamos vivendo um momento com muito descumprimento da legislação trabalhista, muitos trabalhadores tendo os seus direitos descumpridos", avalia Rosa Jorge, diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinat). "E os empresários sabem que às vezes tem pouco auditor, que não vai chegar lá na empresa dele", alerta.

Com uma força de trabalho de quase 2 milhões de pessoas e somente 20 fiscais, o Amazonas apresenta uma média de um auditor para cada 96 mil trabalhadores, ficando em primeiro lugar entre os estados com maior déficit desses profissionais. Embora apareça em 15º no ranking da força de trabalho por unidade federativa, foram registrados somente dois casos de trabalho escravo no estado nos últimos anos, segundo a edição mais atual da lista suja do trabalho escravo, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para quem trabalha na área, não há dúvidas de que o baixo número de casos é reflexo do déficit de fiscalização. "A fiscalização de garimpos ilegais na região da Amazônia precisa ser feita junto com o Ministério do Trabalho, para ter a presença da auditoria fiscal", avalia Francisco Alan Santos, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Para ele, que há 14 anos acompanha denúncias de trabalho escravo na região norte do país, a presença de mais auditores fiscais pode trazer visibilidade para outros casos, aumentando os números de flagrantes.

De acordo com Jomar Lima, auditor fiscal e chefe da Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego no Pará, somente o auditor fiscal tem autorização para constatar uma situação de trabalho escravo e conduzir o resgate dos trabalhadores. Além do déficit de profissionais, as longas distâncias na região norte do país são outro fator de dificuldade no trabalho. "São locais longe. A nossa maior quantidade de denúncias está justamente nessa área que engloba a agropecuária, a silvicultura, a agricultura", conta.

De acordo com dados da CPT, a pecuária é a atividade que mais emprega mão de obra escrava na região norte. Entre 1995 e 2024, foram libertos 12.977 trabalhadores nessa atividade. Em um caso recente, de abril de 2023, cinco pessoas – entre elas uma criança e uma adolescente – foram resgatadas em uma fazenda no município de Senador José Porfírio, no Pará. Os trabalhadores só foram encontrados porque um deles caminhou quilômetros na mata até encontrar sinal de celular e pedir ajuda.

Em agosto, o Governo Federal realizará um concurso para cobrir 900 vagas de auditores fiscais do trabalho. Ainda assim, faltarão 2.600 profissionais para que o Brasil atenda à meta da OIT e dê conta de ampliar a fiscalização do trabalho escravo.

*Fonte: Brasil de Fato*



## Sem acordo, Federação anuncia a continuidade da greve no INSS

Em nota, a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) comunicou nesta quinta-feira (25) que a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai continuar.

A greve começou dia 16 de julho e os servidores apostavam numa reunião dia 24 com o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, para buscar uma solução ao impasse, mas o encontro terminou sem avanços.

“Nessa quarta-feira, 24 de julho, em reunião realizada com o presidente do INSS, foi assumido o compromisso de iniciar as negociações. Contudo, o presidente da autarquia, sem resolver os problemas das condições de trabalho no instituto, em vez de abrir diálogo e negociação com as entidades representativas dos(as) servidores(as), ingressou com ação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o objetivo de punir os grevistas e as entidades sindicais”, diz um trecho da nota.

No dia 25, a presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura, determinou a manutenção de serviços essenciais enquanto durar a greve com o mínimo de 85% das equipes em cada unidade da autarquia.

No caso de descumprimento da medida, será aplicada multa diária de R\$ 500 mil contra as entidades sindicais relacionadas ao movimento.

A Fenasps diz ainda que enviou ofício para o Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (MGI) solicitando a instalação da mesa de negociação da greve, mas não obteve retorno.

“O governo não negocia com as entidades e afronta o direito de greve, com ações judiciais e ataques diretos contra os(as) servidores e as entidades”, protestou.

A Federação explicou que há num acordo de greve de 2022 que após dois anos ainda não foi cumprido.

“Assim, não restou alternativa para os(as) servidores(as) do INSS senão deflagrar novamente uma greve. A greve iniciada no último dia 16 de julho, além de reivindicar legitimamente os reajustes salariais, diante das enormes perdas inflacionárias do último período, tem como pauta centrais a garantia condições dignas de trabalho e o atendimento célere e de qualidade à população”, argumentou.

*Fonte: Portal Vermelho*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**EVILÁSIO DE DEUS LOPES**

Secretário de Finanças

**REINALDIM BARBOZA PEREIRA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**